



SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

Direção Regional dos Assuntos Europeus
Gabinete de representação do Governo da Região Autónoma da Madeira junto da UE

Boletim n.º 12 – Fevereiro 2025

DESTAQUES

PROGRAMA DE TRABALHO DA COMISSÃO PARA 2025



No dia 12 de fevereiro, a Comissão Europeia apresentou o seu programa de trabalho para 2025. Todos os anos, a Comissão adota um programa de trabalho que estabelece a lista de ações a realizar durante o ano que segue.

Confirma-se que o foco da Comissão será posto na simplificação administrativa e regulamentar, competitividade, segurança, inovação e resiliência/prosperidade económica da União.

Relativamente à simplificação, uma primeira série de propostas serão feitas no âmbito de pacotes “Omnibus”, nos domínios da informação financeira sustentável, do dever de diligência em matéria de sustentabilidade e da taxonomia. Também foram anunciadas várias propostas nas áreas da descarbonização industrial e das pequenas empresas de média capitalização (ver Bússola para a Competitividade).

Na área da agricultura, também se espera um pacote de simplificação da política agrícola comum que abordará as fontes de complexidade e os encargos administrativos para os agricultores e as administrações nacionais. A Visão para o Futuro da Agricultura e da Alimentação (ler a seguir), apresentada no dia 19 de fevereiro, será declinada em diversas propostas legislativas a fim de garantir um quadro estável para os agricultores. Além disso, a Estratégia Europeia para a Resiliência da Água adotará uma abordagem da fonte ao mar para gerir eficazmente os recursos hídricos, fazendo face aos impactos das alterações climáticas, como as inundações e as secas.

A saúde dos oceanos e a economia azul continuam a ser uma prioridade e será apresentado um Pacto para os Oceanos com um quadro unificado para as políticas oceânicas. A Comissão Europeia lançou no dia 20 de janeiro um convite à apresentação de provas^[1] (aberto até 17/02) para dar forma ao *Pacto Europeu para os Oceanos*, que a Comissão pretende apresentar na 3ª Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos, em junho de 2025 em Nice (França).

Na área da defesa e segurança, um pacote omnibus está previsto para ajudar a alcançar os objetivos de investimento que serão definidos no Livro Branco e para permitir que as empresas inovadoras se desenvolvam.

^[1] [Shaping the European Oceans Pact: Commission launches a call for evidence - European Commission](#)

A modernização das políticas sociais com o objetivo de adaptar a UE às transformações tecnológicas, demográficas e sectoriais está em cima da mesa.

A proteção da democracia e defesa dos valores para combater ameaças como o extremismo e a desinformação será outra prioridade.

Por fim, a Comissão tenciona apresentar um novo quadro financeiro plurianual (QFP) centrado na simplificação do acesso ao financiamento da UE e no reforço do impacto financeiro para apoiar o financiamento nacional, privado e institucional (ler a seguir).

No total, são 45 iniciativas novas; 37 processos de avaliação e controlo de pertinência (fitness check); 123 iniciativas ainda pendentes do termo legislativo passado; 37 propostas feitas anteriormente que a Comissão decidiu retirar; e 4 revogações.

Comunicação:

https://commission.europa.eu/document/download/f80922dd-932d-4c4a-a18c-d800837fbb23_en?filename=COM_2025_45_1_EN.pdf

Lista completa das iniciativas:

https://commission.europa.eu/document/download/7617998c-86e6-4a74-b33c-249e8a7938cd_en?filename=COM_2025_45_1_annexes_EN.pdf

ORÇAMENTO DE LONGO PRAZO DA EU: NOVO QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL A PARTIR DE 2028



No dia 12 de fevereiro, a Comissão Europeia publicou uma comunicação intitulada *“Rumo ao próximo quadro financeiro plurianual”* na qual apresenta os principais desafios políticos e orçamentais que irão moldar a proposta do próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP), esperada para o verão de 2025. Esta comunicação lança as bases para uma reflexão sobre a forma de adaptar o orçamento de longo prazo da UE à evolução das necessidades e prioridades.

De facto, os cortes no próximo Quadro Financeiro Plurianual são quase um dado adquirido devido ao contexto orçamental atual: os Estados Membros não querem aumentar a sua contribuição ao orçamento (atualmente 1% do PIB) e a UE tem de começar a reembolsar este ano o empréstimo comum destinado para o fundo NextGenerationEU (o reembolso ronda à volta de 30 mil milhões de euros por ano e as condições do reembolso ainda não foram estabelecidas). As prioridades da EU também estão a mudar para dar mais foco à segurança e à defesa.

Neste sentido, além de ter que garantir o equilíbrio entre o reembolso dos empréstimos do NextGenerationEU e, ao mesmo tempo, garantir contribuições financeiras nacionais estáveis dos Estados-membros, será preciso introduzir novos recursos próprios.

A nova abordagem prevê de incluir um plano para cada país com reformas e investimentos fundamentais, concebido e executado em parceria com as autoridades nacionais, regionais e locais. Ademais, está previsto que um Fundo Europeu para a Competitividade seja criado com capacidade de investimento para apoiar setores estratégicos e tecnologias críticas. Além disso, a Comissão ambiciona ter um financiamento renovado da ação externa, mais eficaz, orientado e alinhado com os interesses estratégicos, contribuindo para uma nova política externa.

Em paralelo da publicação da comunicação, a Comissão lançou também uma consulta pública aberta até ao dia 7 de maio. Um painel de cidadãos reunirá 150 europeus para debater e fazer recomendações concretas para o próximo orçamento da UE.

No Parlamento Europeu, a comissão parlamentar dos Orçamentos apresentou o seu projeto de relatório de iniciativa sobre um orçamento de longo prazo melhorado para a União num mundo em mudança, no dia 29 de janeiro. Os relatores são o Siegfried Mureşan (PPE, Roménia) e Carla Tavares (S&D, Portugal).

O projeto refere que o Parlamento Europeu *“Está convicto da necessidade de manter no próximo quadro a cláusula de revisão obrigatória atualmente aplicável em caso de alargamento; realça que, em caso de alargamento, as dotações nacionais não devem sair prejudicadas; sublinha que o próximo QFP terá também de reformar os mais importantes domínios de despesa, tais como a coesão e a agricultura, bem como prever medidas transitórias e de introdução progressiva adequadas;”*.

Não existe à data referência específica às RUP.

Comunicação da Comissão Europeia:

[https://ec.europa.eu/transparency/documents-register/detail?ref=COM\(2025\)46&lang=pt](https://ec.europa.eu/transparency/documents-register/detail?ref=COM(2025)46&lang=pt)

Painel de cidadãos:

https://citizens.ec.europa.eu/index_en

Projeto de parecer do Parlamento Europeu:

https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/BUDG-PR-766828_PT.pdf

BÚSSOLA PARA A COMPETITIVIDADE DA UNIÃO EUROPEIA

Objetivos



Facilitar a atividade empresarial
para fomentar o crescimento económico



Um Pacto da Indústria Limpa
para apoiar as indústrias competitivas da UE e criar empregos de qualidade



Uma economia mais circular e resiliente
para favorecer a transição para práticas de produção e consumo mais sustentáveis



Aumentar a produtividade através da difusão das tecnologias digitais
para reforçar a competitividade da UE e colocá-la na linha da frente da inovação no domínio da IA



Colocar a investigação e a inovação
no centro da nossa economia



Intensificar o investimento
para acelerar a transição ecológica, digital e social



Colmatar as lacunas em matéria de competências e de mão de obra
para melhorar as carreiras profissionais das pessoas e a competitividade económica

A *Bússola para a Competitividade* apresentada no dia 29 de janeiro de 2025 é uma iniciativa liderada pela Comissão Europeia, baseada nos recentes relatórios Draghi^[2] e Letta^[3], que apresenta três eixos principais de ações.

O primeiro objetivo é provocar um choque de simplificação nas empresas (eixo 1). Para resolver esta questão, a Comissão está a planear uma diretiva “Omnibus” que reduzirá e simplificará certas obrigações relacionadas com a sustentabilidade e a responsabilidade das empresas. Além disso, será criada uma nova categoria de empresas para as que têm, provavelmente, entre 250 e 1500 trabalhadores, permitindo-lhes beneficiar de medidas de simplificação administrativa até agora reservadas às PME. Outra reforma importante é a introdução de um estatuto jurídico único para as empresas que operam em vários Estados-Membros.

O segundo objetivo da Comissão é colmatar o fosso tecnológico e estimular a inovação (eixo 2). Para remediar esta situação, a Comissão Europeia pretende relançar o projeto de uma União Europeia da Poupança e do Investimento, a fim de mobilizar melhor o capital privado para as empresas inovadoras. Além disso, o executivo europeu planeia investir nas tecnologias estratégicas do futuro, nomeadamente: Inteligência artificial, Biotecnologia, Materiais avançados, Tecnologias quânticas e espaciais, Robótica.

^[2] https://commission.europa.eu/topics/eu-competitiveness/draghi-report_en

^[3] <https://www.consilium.europa.eu/media/ny3j24sm/much-more-than-a-market-report-by-enrico-letta.pdf>

Em terceiro lugar, a Comissão pretende reduzir os custos da energia e reforçar a segurança na União (eixo 3). Um Pacto para a Indústria Limpa será apresentado a 26 de fevereiro. O pacto combina competitividade e inovação para promover as tecnologias com baixas emissões de carbono e reforçar a independência energética do continente.

Dentro do Pacto para a Indústria Limpa é de referir o novo quadro de auxílios para a Indústria Limpa (CISAF), que irá substituir o atual Quadro Temporário de Crise e Transição (QTCT). O CISAF tem por objetivo acelerar a implementação de energias renováveis, fortalecer a descarbonização industrial e assegurar a capacidade suficiente para produção de tecnologia limpa, em harmonia com o que já havia sido anunciado para o Pilar II da Bússola para a Competitividade, podendo apresentar oportunidades para a Região no setor energético, nomeadamente para a produção e armazenamento de energia a partir de fontes renováveis.

A *Bússola para a Competitividade da UE* apresenta oportunidades de financiamento, flexibilidade regulamentar e posicionamento estratégico dos Estados Membros e das suas regiões nas principais políticas da UE.

Calendário das iniciativas previstas no âmbito da iniciativa “Bússola para a Competitividade”:

Eixo 1: Colmatar o défice de inovação

- Iniciativa Fábrica de Inteligência Artificial (IA) (1.º trimestre de 2025), Estratégias de Aplicação da IA, IA na Ciência e União de Dados Estratégicos (3.º trimestre de 2025)
- Lei do Espaço (2.º trimestre de 2025)
- Estratégia para as empresas em fase de arranque e em expansão (2.º trimestre de 2025)
- Estratégia para as ciências da vida (2.º trimestre de 2025)
- Estratégia Quântica da UE (2.º trimestre de 2025) e Lei Quântica (4.º trimestre de 2025)
- Ato para as redes digitais (4.º trimestre de 2025)
- Lei Europeia da Inovação (4.º trimestre de 2025 - 1.º trimestre de 2026)
- Lei sobre o desenvolvimento da nuvem e da IA na UE (4.º trimestre de 2025 - 1.º trimestre de 2026)
- "28.º regime " (4.º trimestre de 2025 - 1.º trimestre de 2026)
- Lei Europeia da Biotecnologia e estratégia para a bioeconomia (2025-2026)
- Lei do Espaço Europeu da Investigação (2026)
- Lei sobre os materiais avançados (2026)
- Revisão das orientações sobre o controlo das concentrações horizontais (data não indicada)

Eixo 2: Roteiro comum para a descarbonização e a competitividade

- "Pacto para uma Indústria Limpa e Plano de Ação para uma Energia Acessível (1.º trimestre de 2025)
- Diálogo estratégico sobre o futuro da indústria automóvel europeia e plano de ação para a indústria (1.º trimestre de 2025)
- Orientação para a agricultura e a alimentação (1.º trimestre de 2025)
- Pacto para os Oceanos (2.º trimestre de 2025)
- Novo quadro para os auxílios estatais (2.º trimestre de 2025)
- Plano de investimento para transportes sustentáveis (3.º trimestre de 2025)
- Lei de aceleração da descarbonização industrial (4.º trimestre de 2025)
- Pacote para a indústria química (4.º trimestre de 2025)
- Alteração da Lei do Clima (2025)
- Estratégia para os portos europeus e estratégia industrial marítima (2025)
- Plano de transporte ferroviário de alta velocidade (2025)
- Plano de ação para o aço e os metais (2025)
- Revisão do mecanismo de ajustamento das fronteiras para o carbono (2025)
- Plano de ação para a eletrificação e pacote das redes europeias (1.º trimestre de 2026)
- Lei da Economia Circular (4.º trimestre de 2026)

Eixo 3: Reduzir a dependência excessiva e reforçar a segurança

- Livro Branco sobre o futuro da defesa europeia (1.º trimestre de 2025)
- Preparação da estratégia da UE (1.º trimestre de 2025)
- Estratégia de segurança interna (1.º trimestre de 2025)
- Lei dos Medicamentos Essenciais (1.º trimestre de 2025)

- Estratégia para uma gestão resiliente da água (2.º trimestre de 2025)
- Plataforma comum de contratos públicos para matérias-primas minerais críticas (2.º e 3.º trimestres de 2025)
- Iniciativa de cooperação trans-mediterrânica no domínio da energia e das tecnologias limpas (4.º trimestre de 2025)
- Celebração e aplicação de acordos comerciais ambiciosos e de parcerias de comércio e investimento limpas (2025 e 2026)
- Revisão das diretivas relativas aos contratos públicos (2026)
- Plano europeu de adaptação às alterações climáticas (2026)

https://commission.europa.eu/priorities-2024-2029/competitiveness_pt

ENCONTRO DOS PRESIDENTES DAS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS COM A NOVA EQUIPA DE LIDERANÇA DAS INSTITUIÇÕES EUROPEIAS



No contexto da renovação da Comissão Europeia, do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu, a Presidência da Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas (CPRUP) organizou uma série de encontros em Estrasburgo no dia 21 de janeiro para promover a singularidade do estatuto de Regiões Ultraperiféricas e reiterar a importância de ter em conta as suas realidades específicas nas políticas europeias com forte impacto territorial.

Na sua qualidade de presidente da Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, Huguette Bello (Ilha da Reunião), tomou a iniciativa de organizar uma grande ação de sensibilização e de debate com os novos líderes das instituições Europeias.

Participaram António Costa (Conselho), Roberta Metsola (Parlamento) e Raffaele Fitto (Comissão). O evento foi organizado sob a égide de Younous Omarjee, Vice-Presidente do Parlamento Europeu responsável pelas Regiões Ultraperiféricas.

A questão do impacto das alterações climáticas e da reconstrução de Mayotte, a segurança alimentar, a autossuficiência energética, a melhoria das condições de vida, o emprego, a atratividade económica, o reforço das infra-estruturas, o acesso aos cuidados de saúde e aos serviços públicos, a preservação da biodiversidade e a cooperação internacional, nomeadamente no sector marítimo e a questão das migrações, estiveram no centro dos debates.

Os presidentes das RUP salientaram os desafios que os seus territórios enfrentam. Vários deputados europeus de diferentes grupos políticos – portugueses, espanhóis, franceses e membros da comissão do Desenvolvimento Regional de outras nacionalidades – participaram no debate. Todos exprimiram, de forma transversal, a posição única das RUP, a sua importância estratégica para a Europa e a necessidade de se mobilizarem para salvaguardar a política regional.

A Ilha da Reunião acolherá nos dias 7 e 8 de abril a XXIXa Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas (CPRUP) onde passará a presidência para Guadalupe.

PRODUTORES EUROPEUS DE BANANA REUNEM-SE COM O COMISSÁRIO EUROPEU PARA A AGRICULTURA



De esq. para dir.: Nuno Barros (GESBA), Benoit Lombrière (EURODOM), Nicolas Marraud Des Grottes (UGPBAN), Jean-Claude Marraud Des Grottes (UGPBAN), Aurelia Sena (GESBA), Philippe Aliane (LPG), Christophe Hansen (Comissário), Jean-Michel Emmanuel (APEB / LPG), Alexis Gouyé (BANAMART), Sérgio Cáceres (ASPROCAN), Domingo Martín (ASPROCAN)

No dia 12 de fevereiro, uma delegação de organizações de produtores europeus de banana da Madeira (GESBA), Canárias (ASPROCAN), Guadalupe (LPG) e Martinica (BANAMART), membros da Associação de Produtores Europeus de Banana (APEB), reuniram-se em Estrasburgo com o Comissário Europeu para a Agricultura.

Durante a reunião que durou cerca de uma hora, os representantes das quatro regiões europeias produtoras de banana descreveram a situação de crise grave que atravessam, entre outros aspetos devido ao facto do envelope atual do POSEI não ser suficiente para cobrir os custos de produção nas RUP, o que ameaça, a curto prazo, a própria existência da produção europeia de banana.

O montante das ajudas do POSEI foi fixado em 2007 e nunca foi revalorizado desde então, ignorando os efeitos da inflação - que foi de 40% desde 2007 - sobre o valor real do envelope.

Esta situação é agravada pela pressão exercida no mercado europeu devido aos acordos comerciais assinados pela EU que prevêm a diminuição contínua das tarifas aduaneiras negociadas com os países latino-americanos desde 2012 e mais recentemente com os países do MERCOSUL.

O Comissário mostrou-se à escuta e atento às realidades e reivindicações do setor, e reconheceu o carácter estratégico e insubstituível da produção de banana europeia nas quatro Regiões Ultraperiféricas produtoras.

Sobre a questão do envelope do POSEI, disse que iria defender junto dos colegas na Comissão Europeia um "POSEI reforçado" apesar do contexto orçamental atual deixar pouca flexibilidade.

Sobre os acordos comerciais, o Comissário indicou fazer um trabalho de sensibilização junto dos colegas, porque muitos deles não têm o reflexo de se lembrar que a União Europeia tem regiões e produções fora do continente Europeu e em zonas geográficas similares às de países terceiros.

O Comissário reconheceu que as produções das RUP não estão em situação de concorrência leal com países terceiros e destacou a necessidade de maior coerência. Indicou que a ambição dele é reforçar o controlo dos produtos exportados a partir de países terceiros, no ponto de partida, para garantir que os produtos importados pela UE cumprem as normas europeias.

O Diretor Geral da Empresa de Gestão do Sector da Banana da Madeira, o Dr. Nuno Barros, enfatizou a dificuldade da renovação geracional e a falta de atratividade do setor para os jovens. Este tema beneficia

de uma grande atenção da parte do Comissário que recordou que o BEI disponibilizou 3 mil milhões de euros em empréstimos especificamente para apoiar os jovens agricultores.



Christophe Hansen
@CHansenEU

🇪🇺 Outermost regions are vital for our agrifood sector

Great to meet banana producers from Guadeloupe, Martinique, Canaries & Madeira !

The CAP will keep supporting the competitiveness of EU banana farms & partners in food value chains with rural development funding & POSEI aid

[Traduire le post](#)



17:20 · 12 févr. 25 · 633 Vues

COMISSÃO APRESENTA A SUA VISÃO PARA O FUTURO DA AGRICULTURA E DA ALIMENTAÇÃO NA UNIÃO EUROPEIA



No dia 19 de fevereiro, a Comissão Europeia publicou a sua Visão para o Futuro da Agricultura e da Alimentação na UE. O documento propõe orientações estratégicas que visam criar condições e um quadro de incentivo para que as gerações futuras possam assumir as suas responsabilidades agrícolas, apresentando propostas para a renovação geracional na agricultura, a competitividade, a simplificação administrativa e a sustentabilidade ambiental.

O Comissário Europeu Christophe Hansen ouviu e respondeu às solicitações dos atores institucionais e profissionais das Regiões Ultraperiféricas que pedem maior atenção e apoio renovado das instituições europeias para estas regiões remotas e que sofrem de sobrecustos adicionais comparado com as regiões continentais da Europa.

Na secção geral sobre a visão e os objetivos até 2040, a comunicação destaca as Regiões Ultraperiféricas, referindo que *“O futuro deste sector estratégico depende da capacidade da União e dos seus Estados-Membros para criarem as condições adequadas que o permitam [...] Um sector agroalimentar que valorize os alimentos, promova condições de trabalho e de vida justas e zonas rurais e costeiras vibrantes e bem conectadas, incluindo as regiões ultraperiféricas; em que as zonas rurais permitam o direito de permanência dos seus cidadãos; em que a ligação entre os alimentos, o território, a sazonalidade, as culturas e as tradições sejam acarinhadas como partes integrantes do modo de vida europeu; onde a UE continue a ser um líder mundial em matéria de inovação e segurança alimentar e os alimentos sejam acessíveis aos cidadãos; onde a saúde mental não seja um tabu, mas sim parte integrante do sistema de apoio social aos agricultores e trabalhadores; onde as condições de vida e de trabalho atraiam mais mulheres e jovens para a profissão e garantam a proteção dos direitos dos trabalhadores nas explorações agrícolas e ao longo da cadeia de valor alimentar.”*

Ainda sobre as RUP e mais especificamente sobre a questão do POSEI, a comunicação refere que *“As regiões ultraperiféricas têm especificidades que exigem um apoio específico e direcionado. A Comissão confirma a importância do regime POSEI para apoiar os agricultores das regiões ultraperiféricas. Os resultados da avaliação em curso contribuirão para a reflexão sobre a forma de assegurar que o POSEI possa garantir o futuro a longo prazo do sector agrícola nas regiões ultraperiféricas, contribuindo ainda mais para a sua segurança e soberania alimentar, competitividade e resiliência.”*

No entanto, a proposta já está a ser vivamente criticada no Parlamento Europeu, por todos os grupos políticos, incluindo o PPE. As críticas principais apontam para a falta de ambição (relativamente à reforma dos pagamentos diretos), para irrealismo no sentido em que se propõem medidas ambientais adicionais sabendo que não vai haver aumento do orçamento da PAC, e para a diluição da PAC num grande plano único para cada país.

A crítica também vem das ONGs que lamentam que a simplificação relativamente ao uso de pesticidas seja traduzida por medidas de incentivos para a substituição de pesticidas e não restrições ou proibição.

Comunicação: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_25_530

LANÇAMENTO DO CONSELHO EUROPEU PARA A AGRICULTURA E A ALIMENTAÇÃO (EBAF)



O Conselho Europeu para a Agricultura e a Alimentação (EBAF) foi formalmente criado pela Comissão Europeia em 5 de dezembro de 2024, seguindo uma das recomendações do relatório final do [Diálogo Estratégico sobre o Futuro da Agricultura](#). O objetivo do EBAF é chegar a uma visão coerente e concertada para o futuro do setor agrícola.

Foi decidido que este grupo consultivo, presidido pelo Comissário Europeu Christophe Hansen, teria um máximo de trinta participantes: o período de candidaturas para fazer parte do grupo esteve aberto até 8 de janeiro de 2025.

O EBAF recebeu mais de 200 candidaturas. Nenhuma organização representativa do setor agrícola das Regiões Ultraperiféricas foi selecionada para fazer parte do EBAF.

Prevê-se que o grupo se reúna entre duas e seis vezes por ano. A primeira reunião teve lugar no início de fevereiro de 2025.

Lista dos membros: <https://ec.europa.eu/transparency/expert-groups-register/screen/expert-groups/consult?lang=en&groupID=3976>)

TROCA DE PONTOS DE VISTA SOBRE O FUTURO DA AGRICULTURA EUROPEIA



No dia 29 de janeiro de 2025, a comissão da Agricultura do Parlamento Europeu convidou o Comissário responsável para a Agricultura e Alimentação, Christophe Hansen, para uma troca de pontos de vista sobre o futuro da agricultura.

Christophe Hansen salientou a importância das zonas rurais para a economia europeia, a qualidade excepcional da agricultura europeia, e a necessidade de assegurar uma produção agrícola sustentável nas próximas décadas.

Recordou a recente adoção da *“Bússola para a competitividade da UE”*, que destaca o papel fundamental da agricultura: recordou que o setor agrícola tem de ser competitivo não só no mercado interno, mas também no mercado internacional, e que para isso temos de criar um ambiente favorável à competitividade do setor agrícola da EU. Reconheceu que muito tem ainda de ser feito nesse aspeto.

Relativamente às perspetivas da PAC pós 2027, muito dependerá das próximas negociações orçamentais, disse o Comissário.

A falta de previsibilidade para os agricultores foi identificada como um fator que trava o investimento e a inovação. Foi sublinhado que a falta de previsibilidade está também a prejudicar a competitividade e os progressos na proteção do ambiente.

O Comissário sublinhou a importância de manter uma forte ligação entre a agricultura e as tradições locais. O Comissário considera que o abandono das zonas rurais não deve ser tolerado e que devem ser criadas infraestruturas de qualidade, incluindo digitais, para garantir boas condições de vida aos agricultores.

A exploração de novas fontes de rendimento para os agricultores foi também mencionada, nomeadamente através da bio economia e da gestão florestal.

Por último, C. Hansen sublinhou a importância de um comércio agrícola internacional equilibrado e competitivo, uma vez que, apesar de a União Europeia ter um excedente comercial agrícola de 70 mil milhões de euros, é imperativo garantir a reciprocidade das normas de produção com os países parceiros.

O Deputado André Rodrigues (S&D, Portugal-Açores) questionou o Comissário Hansen sobre as principais medidas específicas para as RUP que iriam ser propostas na Visão para o futuro da agricultura e alimentação, e em particular no que diz respeito ao reforço do programa POSEI, elemento essencial do futuro agrícola das RUP. Por último, referiu ao empenho demonstrado pelo Comissário para assegurar a renovação geracional, lembrando que a PAC já prevê medidas neste domínio. Perguntou que medidas novas e mais firmes tenciona pôr em prática para acelerar esta transição.

O Deputado Paulo do Nascimento Cabral (PPE, Portugal-Açores) fez um contributo para a Visão para o futuro da agricultura europeia, destacando a necessidade de regressar à origem da PAC, a necessidade de ter um reforço da dotação financeira, e a necessidade de apoiar a renovação geracional. Disse saber que o Comissário apoia o reforço do POSEI: insistiu para que o reforço passe por pelo menos a revalorização anual de 2% (e até 4%) do orçamento do POSEI. Deplorou no entanto que o EBAF não tenha nenhum representante das Regiões Ultraperiféricas, nem nenhum representante da saúde animal.

Em resposta, o Comissário Hansen disse que as RUP representam as zonas rurais da Europa entre as mais importantes e vulneráveis por estarem expostas a diferenças climáticas, comerciais e em termos de sobrecustos muito diferentes. *“Estou convencido de que devemos ter programas muito concretos para apoiar as RUP”*.

TROCA DE PONTOS DE VISTA SOBRE O ACORDO UE-MERCOSUL



No dia 13 de fevereiro, foi organizado um debate em sessão plenária do Parlamento Europeu em Estrasburgo com o Comissário Maroš Šefčovič sobre o acordo comercial com o Mercosul.

O Comissário no seu discurso de introdução salientou a crescente competição no mundo atual, as práticas comerciais desleais e a instabilidade geopolítica, e insistiu nesse contexto sobre a importância dos acordos de comércio livre para a União Europeia, a fim de manter o seu peso económico. Recordou as vantagens dos acordos comerciais, nomeadamente o seu papel na abertura dos mercados mundiais, no apoio ao crescimento e à inovação das empresas europeias e na consolidação da competitividade industrial.

Maroš Šefčovič apresentou o acordo UE-MERCOSUL como um instrumento de diversificação económica e de reforço da competitividade industrial europeia a longo prazo. O Comissário salientou o impacto do acordo no reforço das relações económicas e políticas, uma vez que a China domina o comércio com os países do Mercosul, nomeadamente com o Brasil.

O acordo foi descrito pelo Comissário como benéfico para a economia europeia, oferecendo acesso a um mercado de 223 milhões de consumidores. Declarou que as exportações para o Mercosul deverão aumentar consideravelmente no futuro. O acordo foi apresentado como uma oportunidade para diversificar as cadeias de abastecimento e aumentar a capacidade de resistência económica da UE.

Relativamente ao setor agroalimentar, o Comissário descreveu o acordo como sendo equilibrado: indicou que os contingentes e os direitos aduaneiros tinham sido ajustados para assegurar a proteção do mercado europeu, com uma abertura gradual. Assegurou que o impacto do acordo na competitividade dos agricultores europeus seria objeto de um acompanhamento rigoroso. O acordo prevê cláusulas de salvaguarda em caso de desequilíbrios. Ademais, um orçamento de, pelo menos, mil milhões de euros foi reservado para fazer face a quaisquer circunstâncias imprevistas, destinado somente ao setor agrícola europeu. Por último, o Comissário reafirmou o empenhamento da UE em garantir a qualidade e a segurança dos produtos alimentares importados.

Por último, Maroš Šefčovič assegurou que foram incluídas preocupações de sustentabilidade, com o alinhamento com o Acordo de Paris sobre o Clima, bem como um compromisso vinculativo contra a desflorestação até 2040, e garantias em matéria de direitos laborais.

TROCA DE PONTOS DE VISTA SOBRE O FUTURO DA POLÍTICA DE COESÃO



No dia 28 de janeiro de 2025, a comissão do Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu convidou o Vice-Presidente executivo da Comissão Europeia responsável pela coesão e reformas, para uma troca de pontos de vista sobre o futuro da política de coesão.

No seu discurso de introdução, o Vice-Presidente da Comissão sublinhou o papel instrumental da política de coesão. Apelou às autoridades locais para que participassem na revisão intercalar (Mid-Term Review), a fim de acelerar a utilização dos fundos disponíveis e de alinhar melhor o financiamento pelas necessidades.

Recordou as suas prioridades definidas pela Presidente da Comissão, Ursula von der Leyen:

1. Agenda para as Cidades: uma política de coesão mais centrada no desenvolvimento urbano, com destaque para a habitação, a ação climática, a digitalização, a mobilidade, a inclusão social e a igualdade. A participação das partes interessadas é vital. O VP centrar-se-á na realização de reuniões e consultas com as principais partes interessadas.
2. Acesso à habitação a preços acessíveis: crucial nas zonas rurais e nas regiões menos desenvolvidas.
3. Reforço das comunidades para o “direito de permanência”: serão abordadas questões relacionadas com o envelhecimento, as competências, o acesso limitado a água limpa e segura, que são problemas que afetam especialmente as Regiões Ultraperiféricas segundo o VP.
4. Apoio às regiões fronteiriças orientais.

Relativamente à preparação da política de coesão pós 2027, o vice presidente recordou que a política de coesão é uma política fundamental para a convergência e a redução das disparidades que deve ser continuada numa perspetiva de longo prazo, no contexto da negociação do próximo QFP.

Os objetivos centrais serão: simplificar os procedimentos e reduzir as complexidades para permitir que as partes interessadas a todos os níveis se concentrem em resultados tangíveis; tornar o apoio mais acessível; preservar os princípios da parceria, da gestão partilhada e da governação a vários níveis, assegurando a participação direta das autoridades locais.

O Deputado Sérgio Gonçalves (S&D, Portugal - Madeira) manifestou preocupação com a falta de flexibilidade da política de coesão, que cria dificuldades às regiões que tentam financiar projetos de tecnologia verde. Salientou que os avanços tecnológicos ocorrem rapidamente, o que exige mecanismos de financiamento adaptáveis. Em particular, salientou as lacunas no financiamento do transporte marítimo, observando que os navios com emissões zero para viagens de média e longa distância ainda não estão totalmente desenvolvidos. Apelou a uma política de coesão mais flexível, capaz de se adaptar às novas tecnologias e de garantir que nenhuma região seja deixada para trás na transição ecológica.

O Deputado Paulo do Nascimento Cabral (PPE, Portugal - Açores) destacou a importância da política de coesão na manutenção da unidade da União Europeia. Sublinhou que todas as regiões, incluindo as ultraperiféricas, devem ser apoiadas para garantir um projeto europeu forte e coerente. Manifestou a sua satisfação com a abordagem e o empenhamento do Comissário no desenvolvimento regional. Sublinhou a necessidade de solidariedade entre todas as regiões para reforçar a UE. Solicitou ao Comissário que

definissem prioridades e estratégias específicas para enfrentar os desafios particulares das Regiões Ultraperiféricas.

CRIAÇÃO E LANÇAMENTO DO INTERGRUPO COESÃO E RUP NO PARLAMENTO EUROPEU



O Intergrupo do Parlamento Europeu sobre a “Política de Coesão e as Regiões Ultraperiféricas” foi oficialmente formalizado e estabelecido no dia 13 de fevereiro em Estrasburgo.

O Intergrupo conta 42 membros, incluindo todos os deputados das RUP, e a presidência é partilhada por 3 copresidentes, todos deputados de uma região ultraperiférica:

- Paulo do Nascimento Cabral, PPE, Açores
- Gabriel Mato, PPE, Canárias
- Juan Fernando López Aguilar, S&D, Canárias

Os objetivos do Intergrupo são:

- Defender a Política de Coesão
- Defender um orçamento robusto e reforçado no próximo CFP
- A simplificação e o acesso menos burocrático aos fundos de coesão
- Maior envolvimento das instituições regionais e locais nos debates e nas tomadas de decisões relativamente à execução e desenho da política de coesão.

O Intergrupo já tem o seu plano de atividades definido até ao verão de 2025.

As reuniões do Intergrupo terão lugar em Estrasburgo nas quintas-feiras de manhã das semanas de plenário e serão abertas a todas as partes interessadas.

NOVO MANDATO DO COMITÉ DAS REGIÕES: 2025-2030



Nos dias 19 e 20 de fevereiro, os novos membros do Comité das Regiões reuniram-se em plenário no hemicycle do Parlamento Europeu em Bruxelas. Os membros do CdR são nomeados por um período de cinco anos e todos os órgãos, incluindo a Mesa, as comissões e os grupos de trabalho, são restabelecidos. Nesta primeira reunião plenária, foram eleitos a nova presidente, o novo primeiro vice-presidente e a nova Mesa.

Das Regiões Ultraperiféricas, os membros eleitos são:

- Para a Região Autónoma da Madeira: 1 membro e 1 suplente
- Para a Região Autónoma dos Açores: 2 membros e 2 suplentes
- Para as Ilhas Canárias: 2 membros e 1 suplente
- Para as regiões francesas: 1 membro da Guiana francesa, 1 suplente da Martinica e 1 suplente da Ilha da Reunião

Um acordo foi alcançado entre os grupos PPE e S&D para a liderança dos CdR durante os próximos cinco anos: a socialista húngara Kata Tüttö é a nova presidente do Comité das Regiões para um período de dois anos e meio, passando depois o cargo a Juan Manuel Moreno Bonilla, PPE, presidente da região espanhola da Andaluzia, que será vice-presidente até lá.

A nova presidente Tüttö afirmou que se centrará no reforço da democracia local, na promoção das políticas em matéria de clima, coesão e habitação, o papel das políticas a favor das mulheres, bem como na garantia de que os municípios e as regiões desempenham um papel fundamental na definição do futuro da UE.

No dia 19 de fevereiro, o presidente do Conselho Europeu, António Costa, fez um discurso em frente aos eleitos locais e regionais: sublinhou o papel fundamental das regiões e dos municípios na construção de uma Europa mais forte, mais justa e mais resiliente. Recordou alguns dos principais objetivos da Agenda Estratégica da UE para 2024-2029, adotada em junho pelos 27 chefes de Estado e de Governo reunidos no Conselho Europeu: reforçar a coesão económica, social e territorial e, ao mesmo tempo, promover as transições ecológica e digital, bem como assegurar que o orçamento da União Europeia está preparado para os desafios futuros.

Os membros do CdR instaram o presidente Costa a acompanhar de perto o cumprimento das prioridades da UE, nomeadamente através de um debate político anual sobre a aplicação da Agenda Estratégica numa perspetiva local e regional. Tal como salientado pelos membros do CdR durante o debate, muitas das prioridades da Agenda Estratégica da UE refletem o que os líderes regionais e municipais solicitaram através da Declaração de Mons, em março de 2024, que definiu as suas prioridades para uma Europa mais forte, mais justa e mais resiliente.

No dia 20 de fevereiro, o vice-presidente executivo da Comissão Europeia para a coesão e as reformas, Raffaele Fitto, participou no plenário do CdR e trocou impressões com os membros sobre a forma de tornar a política de coesão mais eficiente, continuando a promover a convergência económica e a reduzir as disparidades sociais e territoriais.

Várias vozes levantaram-se contra qualquer tentativa de centralizar a futura política de coesão e apelaram a um orçamento da UE pós-2027 que permita aos territórios combater as desigualdades e fazer face a

novas emergências. Os representantes locais e regionais alertaram para a tentação de conceber e gerir os futuros fundos de coesão da UE com uma abordagem centralizada e territorialmente cega. Esta abordagem revelar-se-ia ineficaz na redução das disparidades territoriais e não permitiria realizar investimentos a longo prazo em todas as regiões. Existe um risco elevado de que uma abordagem deste tipo conduza à afetação de fundos com base em critérios políticos e não nas necessidades regionais.

O Vice-Presidente Executivo Fitto convidou os líderes regionais e locais a intensificar o trabalho comum para reformar a Política de Coesão e tranquilizou-os, insistindo nos princípios fundamentais da Política de Coesão: parceria, gestão partilhada, governação a vários níveis e abordagem de base local.

O vice-presidente executivo da Comissão e os líderes locais também debateram as prioridades para a próxima revisão intercalar dos programas da política de coesão para 2021-27. Os membros do CdR sublinharam que as transições ecológica e digital regionais devem ser apoiadas por estratégias industriais e energéticas de base local, a fim de reforçar a resiliência e a competitividade da UE no seu conjunto, bem como a sua autonomia estratégica.

CONSULTAS PÚBLICAS

A COMISSÃO EUROPEIA LANÇOU UMA SÉRIE DE CONSULTAS PÚBLICAS PARA DIVERSAS ÁREAS DE AÇÃO DA EU

[Published initiatives](#)

Consultas públicas na área do próximo quadro financeiro plurianual:

- [Implementação dos fundos da UE com os Estados-Membros e as regiões](#)
- [Financiamento da UE para a competitividade](#)
- [Financiamento da UE para a ação externa](#)
- [Financiamento da UE para a educação, formação e solidariedade transfronteiriças, juventude, meios de comunicação social, cultura e sectores criativos, valores e sociedade civil](#)
- [Financiamento da UE para a proteção civil, a preparação e a resposta a crises](#)
- [Financiamento da UE para o mercado único e cooperação entre autoridades nacionais](#)
- [Desempenho do orçamento da UE](#)

Prazo: 6 de maio de 2025

Consulta pública sobre o regulamento relativo à política comum das pescas:

Com base no convite à apresentação de provas de 2024, a consulta é o próximo passo para avaliar a eficácia do atual regulamento relativo à política comum das pescas, em particular o seu impacto na conservação dos recursos marinhos vivos e na gestão das pescas e das frotas, bem como na cadeia de abastecimento, nos consumidores e nas autoridades públicas.

Pode dar o seu contributo aqui: [Consulta pública - Política Comum das Pescas.](#)

Prazo: 21 de abril de 2025

OPORTUNIDADES DE EMPREGO NAS INSTITUIÇÕES EUROPEIAS



- **EPSO:**

<https://eu-careers.europa.eu/pt-pt>

- **Estágios:**

<https://eu-careers.europa.eu/pt-pt/job-opportunities/traineeships>

European Central Bank

<https://europa.eu/!RTRBNd>

Prazo depende do cargo

Frankfurt (DE)

European Ombudsman

<https://europa.eu/!tTqyH9>

Prazo: 10 de março & 7 de abril (para pessoas com deficiência)

Strasbourg (FR) & Brussels (BE)

European Institute for Gender Equality

<https://europa.eu/!rGcb8D>

Prazo: 10 de março

Brussels (BE)

Council of the European Union

<https://europa.eu/!Tk98Dt>

Prazo: 12 de março

Brussels (BE)

European Commission

<https://europa.eu/!J6FbVN>

Prazo: 17 de março

Brussels (BE), Luxembourg (LU), European Commission's Representations (EU)

European Committee of the Regions

<https://europa.eu/!P79jbg>

Prazo: 31 de março

Brussels (BE)

European Economic & Social Committee

<https://europa.eu/!rw46Nx>

Prazo: 31 de março

Brussels (BE)

Agency for the Cooperation of Energy Regulations

<https://europa.eu/!XWNPmb>

Sem prazo

Ljubljana (SI)

- Empregos na NATO:

<https://www.nato.int/cps/en/natohq/recruit-wide.htm>

CALENDÁRIO DO MÊS DE MARÇO 2025 EM BRUXELAS

Semana de 3 a 7 de março	Semana de 10 a 14 de março	Semana de 17 a 21 de março	Semana de 24 a 28 de março
PARLAMENTO			
Reuniões dos grupos políticos Reuniões de comissões parlamentares Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (03/03) Comissão da Saúde Pública (03/03) Comissão dos Direitos das Mulheres e da Igualdade dos Géneros (03/03) Comissão dos Assuntos Externos (06/03) Comissão dos Orçamentos (06/03) Comissão do Controlo Orçamental (06/03) Comissão do Ambiente, do Clima e da Segurança Alimentar (06/03) Comissão dos Direitos das Mulheres e da Igualdade dos Géneros (06/03) Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos (06/03)	Sessão plenária em Estrasburgo Reunião do Intergrupo Coesão e RUPs, 13/03	Semana de comissões parlamentares Comissão dos Assuntos Externos (17-18/03) Comissão do Controlo Orçamental (17-18/03) Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais (17-18/03) Comissão do Ambiente, do Clima e da Segurança Alimentar (17-18/03) Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia (17-18/03) Comissão do Mercado Interno e da Proteção dos Consumidores (17-18/03) Comissão dos Transportes e do Turismo (17-18/03) Comissão das Pescas (17-18/03) Comissão das Petições (17-18/03) Subcomissão dos Assuntos Fiscais (18/03) Comissão Especial sobre o Escudo Europeu da Democracia (18/03) Comissão da Segurança e da Defesa (19/03) Comissão do Desenvolvimento (19/03) Comissão do Desenvolvimento Regional (19/03) Comissão dos Assuntos Constitucionais (19/03) Comissão do Comércio Internacional (19-20/03)	Reuniões dos grupos políticos Reuniões de comissões parlamentares Comissão Especial sobre a Crise de Habitação na União Europeia (24/03) Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (27/03) Comissão da Saúde Pública (27/03) Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (27/03) Comissão Especial sobre o Escudo Europeu da Democracia (27/03)

		Comissão dos Orçamentos (19-20/03) Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (19-20/03) Comissão da Saúde Pública (19-20/03) Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (19-20/03) Comissão da Cultura e da Educação (19-20/03) Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos (19-20/03) Subcomissão dos Direitos Humanos (19-20/03)	
CONSELHO			
Reunião informal dos ministros das Telecomunicações, 04-05/03 Conselho (Competitividade), 06/03 Reunião do Conselho (Justiça e Assuntos Internos) sobre Assuntos Internos, 06/03 Conselho (Justiça e Assuntos Internos), 07/03	Eurogrupo, 10/03 Conselho (Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores), 10/03 Reunião informal dos ministros da Investigação, 10-11 março 2025 Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros), 11/03 Cimeira UE-África do Sul, 13/03	Conselho (Negócios Estrangeiros), 17/03 Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia), 17/03 Reunião informal dos ministros dos Transportes, 17-18 março 2025 Conselho (Assuntos Gerais), 18/03 Conselho Europeu, 20-21/03	Conselho (Agricultura e Pescas), 24/03 Reunião informal dos ministros da Saúde, 24-25/03 Conselho (Ambiente), 27/03 Conselho (Assuntos Gerais), 28/03
OUTROS			
Grupo de trabalho RUP DG REGIO 06/03	Shaping the Future of Resilient and Inclusive Coastal Societies (OCEANIDS workshop) 11/03 Porto de Antuérpia	European Shipping Summit 19-20/03 Museu Real de Belas Artes da Bélgica, Bruxelas	

GABINETE DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA JUNTO DA EU

Rond-point Schuman, 14 – 4.º | 1000 – Bruxelas | BÉLGICA

[Direção Regional dos Assuntos Europeus](#)

<https://www.madeira.gov.pt/>

[Quero receber este boletim](#) | [Quero deixar de receber este boletim](#)